

Demonstrações financeiras

Águas de Pará de Minas S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Águas de Pará de Minas S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da
Águas de Pará de Minas S.A.
Pará de Minas - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Pará de Minas S.A. (“Concessionária”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Building a better
working world

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Gláucio Dutra da Silva', is written over the printed name and title.

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O

Águas de Pará de Minas S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	22.042	16.916
Contas a receber de clientes	7	11.082	9.065
Estoques		576	448
Despesas antecipadas		321	89
Créditos com partes relacionadas	19	60	203
Tributos a recuperar		2	53
Outros ativos		40	60
		34.123	26.834
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	8	2.309	2.350
Depósitos judiciais		27	36
Tributos a recuperar		173	-
Ativo de direito de uso	9	214	397
Imobilizado	10	1.050	1.199
Ativo de contrato	11	25.644	21.107
Intangível	12	72.884	67.886
		102.301	92.975
Total do ativo		136.424	119.809

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	947	1.354
Empréstimos e financiamentos	14	15.783	15.299
Passivo de arrendamentos	14	241	224
Obrigações tributárias	15	950	563
Obrigações trabalhistas		1.840	1.671
Ônus da concessão	17	230	189
Obrigações com acionistas	19	7.847	4.932
Débitos com partes relacionadas	19	460	376
Outras obrigações		633	259
		28.931	24.867
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	55.126	52.607
Passivo de arrendamentos	14	42	283
Tributos diferidos	16	1.183	261
Provisões para contingências		-	8
		56.351	53.159
Patrimônio líquido	20		
Capital social		25.948	25.948
Reservas de lucros		25.194	15.835
		51.142	41.783
Total do passivo e patrimônio líquido		136.424	119.809

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Pará de Minas S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	21	82.620	66.329
Custo dos serviços prestados	22	(45.131)	(35.925)
Lucro bruto		37.489	30.404
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	23	(17.781)	(14.325)
Outras receitas operacionais		197	28
		(17.584)	(14.297)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		19.905	16.107
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	24	3.297	3.119
Despesas financeiras	24	(4.906)	(7.100)
		(1.609)	(3.981)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		18.296	12.126
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16b	(5.100)	(3.809)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	16b	(922)	(176)
Lucro líquido do exercício		12.274	8.141

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Pará de Minas S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	12.274	8.141
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>12.274</u>	<u>8.141</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Pará de Minas S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Patrimônio líquido
		Reserva legal	Reserva de investimentos	Retenção de Lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2022	25.948	631	451	8.545	-	35.575
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.141	8.141
Proposta de destinação do resultado do exercício						
Reserva legal	-	407	-	-	(407)	-
Reserva de investimentos	-	-	290	-	(290)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.933)	(1.933)
Retenção de lucros	-	-	-	5.511	(5.511)	-
Saldos 31 de dezembro de 2022	25.948	1.038	741	14.056	-	41.783
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	12.274	12.274
Proposta de destinação do resultado do exercício						
Reserva legal	-	614	-	-	(614)	-
Reserva de investimentos	-	-	436	-	(436)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(2.915)	(2.915)
Retenção de lucros	-	-	-	8.309	(8.309)	-
Saldos 31 de dezembro de 2023	25.948	1.652	1.177	22.365	-	51.142

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Pará de Minas S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	18.296	12.126
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	5.206	4.765
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação	4.190	6.496
Variações monetárias	548	400
Atualização monetária das contingências	(1)	1
Provisão para perdas de créditos das contas a receber	241	657
Reversões de contingências	(7)	7
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	-	(16)
Variações dos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(2.258)	(1.807)
Estoques	(128)	71
Depósitos judiciais	9	4
Tributos a recuperar	(681)	(424)
Despesas antecipadas	(232)	81
Outros ativos	20	(26)
Aplicações financeiras vinculadas	41	(282)
Partes relacionadas, líquidas	227	(71)
Fornecedores	(407)	557
Ônus da concessão	41	31
Obrigações tributárias	148	94
Obrigações trabalhistas	169	588
Outras obrigações	374	(293)
	25.796	22.959
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.302)	(3.375)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.979)	(6.946)
Pagamento de juros sobre arrendamento	(29)	(39)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	14.486	12.599
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(202)	(247)
Adições ao ativo de contrato e intangível	(11.355)	(12.649)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	-	75
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(11.557)	(12.821)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e financiamentos	7.146	6.950
Pagamento dos arrendamentos	(224)	(198)
Pagamento dos empréstimos e financiamentos	(4.725)	(10.413)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	2.197	(3.661)
Aumento (redução) líquido (a) no caixa e equivalentes de caixa	5.126	(3.883)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.916	20.799
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	22.042	16.916

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Águas de Pará de Minas S.A. (a “Concessionária”), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Rua Maestro Espíndola, 270, Nossa Senhora das Graças, no Município de Pará de Minas, no Estado de Minas Gerais - Brasil, controlada por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre a Prefeitura do Município de Pará de Minas (Concedente), vencedora do Processo Licitatório nº. 006/2014, com vigência de 35 anos, a partir da data de emissão da Ordem de Serviço emitida pelo Concedente, ocorrida em 17 de abril de 2015, com término programado para 17 de abril de 2050, sendo a presente concessão prorrogável por até o limite máximo de mais 35 anos. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais. O Serviço Público de Água e Esgoto compreende os serviços de abastecimento de água potável, constituída pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição; e do serviço público de esgotamento sanitário, constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente. O Serviço Público de Água e Esgoto abrange, ainda, os serviços de planejamento, construção, operação, ampliação e manutenção das infraestruturas e instalações dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos, o atendimento e a cobrança direta aos usuários, bem como os serviços complementares.

A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados.

De acordo com o Contrato de Concessão, a Concessionária deverá repassar o percentual de 2,5% referente à outorga para o Município de Pará de Minas em relação à efetiva arrecadação apurada no mês anterior, a partir do ano 4 (2018); o percentual de 1,0% referente ao custo de regulação e fiscalização, calculado sobre a efetiva arrecadação da tarifa decorrente da prestação dos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, apurada com base no mês imediatamente anterior e investir o percentual de 0,5% referente à proteção dos mananciais, conforme Lei Estadual n.º 12.503/1997, calculado sobre o valor total da receita operacional apurada no exercício anterior ao do investimento.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidas automaticamente para a Prefeitura de Pará de Minas, sem contrapartida financeira.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária.

Em 25 de março de 2024, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber.

Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

3.3. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se houver.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.3. Imobilizado--Continuação

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

3.4. Ativo de contrato

Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.5. Intangível

a) Sistema de água e esgoto

A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05).

O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

b) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

3.6. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros - custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

Ativos financeiros - mensuração inicial

No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro.

Ativos financeiros - mensuração subsequente

- *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.
- *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

Passivos financeiros - reconhecimento inicial

Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamentos, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros - mensuração subsequente

- *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva.
- *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros

Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo.

A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária.

3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.9. Tributos

Imposto de renda e contribuição social correntes

A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.9. Tributos--Continuação

Tributos sobre as receitas

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

<u>Nome do tributo</u>	<u>Alíquotas</u>
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,6%

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

3.10. Provisões

Geral

São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos cíveis

O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.11. Receita operacional

i) Receita de prestação de serviços

Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados.

ii) Receitas de construção

A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

3.12. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multas vinculadas à operação. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva.

As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros e variação monetária com empréstimos e financiamentos, juros sobre arrendamentos, variação monetária sobre contingências e descontos concedidos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados.

CPC 50 - Contratos de seguro: uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica à Concessionária.

CPC 23: Definição de estimativas contábeis: as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. Essa norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária.

CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: as alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Concessionária, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Concessionária.

Reforma tributária internacional (regras do modelo do pilar dois): Alterações no CPC 32: as alterações foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: (i) uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e (ii) requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária, pois a Concessionária não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Concessionária, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de locação em um *sale and leaseback* (transação de venda e retroarrendamento): as alterações foram para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. A Concessionária não espera que tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante: as alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Concessionária.

Acordos de financiamento de fornecedores: Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): alterações para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. A Concessionária está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma a partir da vigência.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão

A concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir.

Estimativas e premissas contábeis

As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir:

a) *Vida útil dos ativos intangíveis*

Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas contábeis--Continuação

b) *Provisões para riscos cíveis, ambientais e trabalhistas*

A Concessionária reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

c) *Provisão para perdas de crédito para as contas a receber*

A Concessionária registra as perdas de crédito esperadas de contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Concessionária acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

d) *Receita não faturada*

As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.14 e 8.

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Instrumentos financeiros por categoria

A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.1. Instrumentos financeiros por categoria--Continuação

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são como segue:

	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2023		31/12/2022	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	21.998	21.998	16.845	16.845
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	11.082	11.082	9.065	9.065
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	2.309	2.309	2.350	2.350
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	60	60	203	203
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	947	947	1.354	1.354
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	70.909	70.909	67.906	67.906
Passivo de arrendamentos	Custo amortizado	-	283	283	507	507
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	230	230	189	189
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	460	460	376	376

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária.

Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para esses ativos e passivos.

5.2. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.2. Risco de mercado--Continuação

Risco de taxas de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações, assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos em moedas locais, sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa.

A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI.

A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, empréstimos e financiamentos utilizou as projeções do CDI e TJLP para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	21.998	23.954	24.442	24.933
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	2.309	2.514	2.566	2.617
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	(11.368)	(12.379)	(12.631)	(12.884)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(60.822)	(64.556)	(65.493)	(66.424)
Passivo líquido		(47.883)	(50.467)	(51.116)	(51.758)
Efeito líquido			(2.584)	(3.233)	(3.875)
CDI (a.a.)		8,89%			
TJLP (a.a.)		6,14%			

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.3. Risco de liquidez

É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária.

As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos às debêntures, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (valores não descontados):

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	946	946	-	-
Empréstimos e financiamentos	72.190	15.868	4.275	52.047
Passivo de arrendamentos	283	241	42	-
Ônus da concessão	230	230	-	-
Débitos com partes relacionadas	460	460	-	-
	74.109	17.745	4.317	52.047
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	1.354	1.354	-	-
Empréstimos e financiamentos	69.274	15.386	4.704	49.184
Passivo de arrendamentos	507	224	241	42
Ônus da concessão	189	189	-	-
Débitos com partes relacionadas	376	376	-	-
	71.700	17.529	4.945	49.226

5.4. Gestão de capital

Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.4. Gestão de capital--Continuação

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamento, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 podem ser assim sumariados:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	70.909	67.906
Passivos de arrendamento (Nota 14)	283	507
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(22.042)	(16.916)
Dívida líquida (a)	<u>49.150</u>	<u>51.497</u>
Total do patrimônio líquido (b)	51.142	41.783
Total do capital (a+b)	<u>100.292</u>	<u>93.280</u>
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	<u>49,01%</u>	<u>55,21%</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e bancos	44	71
Aplicações financeiras	21.998	16.845
	<u>22.042</u>	<u>16.916</u>

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Cientes (a)	10.852	8.809
Cientes - parcelamento (b)	404	664
Pontos arrecadadores (c)	169	117
Perdas de créditos das contas a receber	(343)	(525)
	11.082	9.065

(a) Representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência).

(b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos.

(c) São agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária.

O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer		
Faturado	5.315	4.157
Não faturado	3.049	2.249
Vencidas		
Até 30 dias	1.626	1.426
De 31 a 60 dias	315	297
De 61 a 90 dias	119	107
De 91 a 180 dias	237	302
Mais de 180 dias	764	1.052
	11.425	9.590

8. Aplicações financeiras vinculadas

O montante de R\$ 2.309 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 2.350 em 31 de dezembro de 2022) corresponde à obrigação da Concessionária constante no Contrato de Financiamento na modalidade FINEM, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, onde a Concessionária se obriga, como garantia do pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a constituir uma conta reserva com saldo não inferior ao montante equivalente à soma das prestações de amortizações do principal e juros da dívida, vencíveis nos três meses imediatamente subsequentes.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Ativo de direito de uso

	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Imóveis	916	(702)	214	916	(519)	397
	916	(702)	214	916	(519)	397

Movimentação do ativo de direito de uso:

	Saldos em 31/12/2022		Amortização	Saldos em 31/12/2023
Imóveis	397	(183)		214
	397	(183)		214

	Saldos em 31/12/2021		Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Imóveis	533	74	(210)		397
	533	74	(210)		397

10. Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	31/12/2023			31/12/2022
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	1.046	(716)	330	271
Veículos	20%	1.118	(916)	202	383
Máquinas e equipamentos	10%	75	(28)	47	44
Móveis e utensílios	10%	434	(255)	179	193
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	398	(106)	292	308
		3.071	(2.021)	1.050	1.199

Movimentação do imobilizado:

	Saldos em 31/12/2022		Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2023
Equipamentos de informática	271	165	(106)		330
Veículos	383	-	(181)		202
Máquinas e equipamentos	44	9	(6)		47
Móveis e utensílios	193	28	(42)		179
Benfeitorias em imóveis de terceiros	308	-	(16)		292
	1.199	202	(351)		1.050

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Equipamentos de informática	275	77	(81)	271
Veículos	410	134	(161)	383
Máquinas e equipamentos	44	5	(5)	44
Móveis e utensílios	202	31	(40)	193
Benfeitorias em imóveis de terceiros	323	-	(15)	308
	1.254	247	(302)	1.199

11. Ativo de contrato

	31/12/2023	31/12/2022
Infraestrutura em construção	25.644	21.107
	25.644	21.107

Movimentação do ativo de contrato:

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2023
Infraestrutura em construção	21.107	14.033	(9.496)	25.644
	21.107	14.033	(9.496)	25.644

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Infraestrutura em construção	20.976	12.889	(12.758)	21.107
	20.976	12.889	(12.758)	21.107

Custos de empréstimos capitalizados

Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo R\$ 2.852 em 31 de dezembro de 2023, a uma taxa média ponderada de 10,78% a.a. (R\$ 560 e 11,45% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

	Taxa de amortização anual	31/12/2023		31/12/2022	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	195	(174)	21	33
Desenvolvimento de projetos	20%	901	-	901	901
Concessão/Infraestrutura		91.246	(19.284)	71.962	66.952
		92.342	(19.458)	72.884	67.886

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2023 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Captação	4.228	(907)	3.321	3.412
Aduadoras	25.476	(6.432)	19.044	19.428
Estação de Tratamento de Água - ETA	2.495	(280)	2.215	1.493
Reservatório	3.354	(233)	3.121	3.256
Booster	135	(22)	113	89
Elevatória de água	3.411	(761)	2.650	2.792
Substituição/Expansão de rede de água	10.364	(1.542)	8.822	7.993
Ligação de água	5.765	(671)	5.094	3.018
Ligação de esgoto	4.658	(690)	3.968	3.004
Substituição/Expansão de rede de esgoto	5.901	(752)	5.149	4.124
Elevatória - esgoto	65	(3)	62	65
Estação de Tratamento de Esgoto - ETE	9.262	(1.075)	8.187	7.097
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.504	(720)	3.784	3.877
Máquinas e equipamentos	11.628	(5.196)	6.432	7.304
	91.246	(19.284)	71.962	66.952

Movimentação do intangível:

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2023
Softwares e aplicativos	33	-	(12)	-	21
Desenvolvimento de projetos	901	-	-	-	901
Concessão/Infraestrutura	66.952	174	(4.660)	9.496	71.962
	67.886	174	(4.672)	9.496	72.884

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível--Continuação

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Softwares e aplicativos	26	21	-	(14)	-	33
Desenvolvimento de projetos	901	-	-	-	-	901
Concessão/Infraestrutura	58.193	299	(59)	(4.239)	12.758	66.952
	<u>59.120</u>	<u>320</u>	<u>(59)</u>	<u>(4.253)</u>	<u>12.758</u>	<u>67.886</u>

13. Fornecedores

Os fornecedores estão assim apresentados:

	31/12/2023	31/12/2022
Mercadoria	539	391
Serviços	163	132
Infraestrutura	231	811
Outros	14	20
	<u>947</u>	<u>1.354</u>

14. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento

Linha de crédito	Indexador	Juros	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos				
FINEM (a)	TJLP	3,99% a.a.	60.822	56.893
Capital de giro (b)	CDI	1,04% e 1,77% a.a.	11.368	12.381
(-) Custos de transação			(1.281)	(1.368)
Total de empréstimos e financiamentos			<u>70.909</u>	<u>67.906</u>
Circulante			15.783	15.299
Não circulante			55.126	52.607
Arrendamentos				
Arrendamentos direito de uso (Vide nota 9)		7,5% a.a.	283	507
Total de arrendamentos			<u>283</u>	<u>507</u>
Circulante			241	224
Não circulante			42	283
Endividamento total			<u>71.192</u>	<u>68.413</u>
Endividamento total - Circulante			16.024	15.523
Endividamento total - Não circulante			55.168	52.890

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento--Continuação

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento é como segue:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	67.906	70.914
Captações	7.146	7.083
Custo de transação	-	(133)
Juros e encargos financeiros	6.926	6.921
Variações monetárias	548	400
Amortização de principal	(4.725)	(10.413)
Amortização de juros	(6.979)	(6.946)
Amortização dos custos de transação	87	80
Saldo final	70.909	67.906

Passivos de arrendamento	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	507	615
Adições e remensurações	-	74
Juros e encargos financeiros	29	55
Amortização de principal	(224)	(198)
Amortização de juros	(29)	(39)
Saldo final	283	507

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e financiamentos					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2024	-	-	-	4.704	(87)	4.617
2025	4.275	(87)	4.188	3.737	(87)	3.650
2026	4.275	(87)	4.188	3.737	(87)	3.650
Após 2026	47.772	(1.022)	46.750	41.711	(1.021)	40.690
	56.322	(1.196)	55.126	53.889	(1.282)	52.607

	Passivos de arrendamento	
	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	241
2025	42	42
	42	283

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento--Continuação

(a) FINEM

Em 2018, a linha de crédito FINEM foi obtida junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com valor contratado de R\$ 73.768. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 49 (quarenta e nove) meses, para amortização do principal, incluindo o pagamento de juros trimestrais durante o período de carência. Após esse período, tornam-se obrigatórios os pagamentos mensais, com vencimento final programados para 2038.

Esta operação têm como objetivo a modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do município de Pará de Minas, e possuem como garantia cessão fiduciária de direitos creditórios, conta reserva e tem como interveniente garantidor Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.

(b) Capital de giro

Em novembro de 2019, a Concessionária contratou um empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 2.900. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 26 (vinte e seis) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, inclusive durante o período de carência. O vencimento final deste empréstimo está programado para 2024.

Em março de 2022, a Concessionária obteve um contrato de capital de giro com R\$ 10.000 de valor contratado. O contrato foi aditado e o vencimento foi prorrogado para 2024, sendo amparado por aval prestado pela controladora Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.

Covenants

Determinados contratos possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*Covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2023.

15. Obrigações tributárias

Os impostos e contribuições estão assim representados:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PIS/COFINS/CSLL retidos	38	24
ISS	50	23
IRRF	63	87
PIS	88	67
COFINS	421	311
IRPJ	135	-
CSLL	155	51
	<u>950</u>	<u>563</u>

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição dos tributos diferidos

Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	31/12/2022	Resultado	31/12/2023
Provisão para perdas de créditos das contas a receber	104	(67)	37
Provisão para contingências	3	(3)	-
Provisão participação nos lucros	142	44	186
Provisão salários e encargos em acordo coletivo	-	42	42
Arrendamentos	37	(14)	23
Outros	-	27	27
Ativo fiscal diferido	286	29	315
Juros capitalizados	(547)	(951)	(1.498)
Passivo fiscal diferido	(547)	(951)	(1.498)
Tributos diferidos, líquidos	(261)	(922)	(1.183)

b) Conciliação da taxa efetiva

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	18.296	12.126
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	(6.221)	(4.123)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo		
Permanentes	(52)	(29)
Efeito referente a alíquota de adicional do imposto de renda	24	24
Incentivo cultural - (Lei nº 8.313/91 artigo 18)	70	-
Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08)	10	38
Programa de alimentação do trabalhador (9.580/2018)	94	69
Incentivo desportivo - (Lei nº 11.438/06 artigo 3)	35	18
Fundo da infância e da adolescência (Decreto nº 9.589/2018)	18	18
Total do imposto de renda e da contribuição social	(6.022)	(3.985)
Alíquota efetiva	32,91%	32,86%

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Ônus da concessão

O valor demonstrado no passivo circulante de R\$ 230 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 189 em 31 de dezembro de 2022) representa o exigível do contrato de concessão junto à Prefeitura de Pará de Minas, calculado com base em um percentual de 2,5% para outorga e 1% para taxa de regulação e fiscalização sobre a efetiva arrecadação das tarifas de serviços prestados de distribuição de água e esgotamento sanitário.

18. Contingências

Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Concessionária possui processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Cíveis	1.493	448
Trabalhistas	-	801
Ambientais	305	289
	<u>1.798</u>	<u>1.538</u>

19. Partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram pagos pela Concessionária o montante total de R\$832 (R\$860 em 31 de dezembro de 2022). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Remunerações	615	626
Encargos sociais	163	176
Plano de saúde	46	49
Outros	8	9
	<u>832</u>	<u>860</u>

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração de pessoal chave da Administração--Continuação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Resumo das transações com partes relacionadas:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	60	203
Total do ativo circulante	<u>60</u>	<u>203</u>
Passivo circulante:		
Obrigações com acionistas (b)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	7.847	4.932
Débitos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	460	376
Total do passivo circulante	<u>8.307</u>	<u>5.308</u>
Resultado com partes relacionadas		
Despesas		
Contrato de gestão - <i>Management Fee</i> (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	<u>(3.373)</u>	<u>(2.900)</u>

(a) Os saldos demonstrados acima decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (*Management Fee*) com a controladora Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.

(b) Os valores correspondem aos dividendos a pagar.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em sua totalidade, por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., no montante de R\$25.948 em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está representado por 25.948.249 (vinte e cinco milhões, novecentas e quarenta e oito mil, duzentas e quarenta e nove) unidade de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva para investimentos

A Concessionária constitui reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. A reserva para investimentos não pode exceder a 80% do capital social subscrito.

d) Dividendos

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido	12.274	8.141
Constituição da reserva legal - 5%	(614)	(407)
Base de cálculo dos dividendos	<u>11.660</u>	<u>7.734</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>2.915</u>	<u>1.933</u>

e) Reserva para retenção de lucros

Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Receita líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de prestação de serviços	75.374	63.794
Receita de construção	16.248	9.756
Cancelamentos	(626)	(226)
	<u>90.996</u>	<u>73.324</u>
PIS e COFINS sobre serviços prestados	(6.766)	(5.766)
Descontos concedidos	(1.610)	(1.229)
Receita líquida	<u>82.620</u>	<u>66.329</u>

22. Custos dos serviços prestados

	31/12/2023	31/12/2022
Ônus da concessão	(2.498)	(2.147)
Energia elétrica	(4.570)	(3.645)
Custo de construção	(16.248)	(9.756)
Materiais aplicados nos serviços	(3.375)	(3.014)
Salários e benefícios a empregados	(8.433)	(8.116)
Utilização de imóveis e telefonia	(4)	(7)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(1.713)	(2.052)
Serviços de terceiros	(3.412)	(2.996)
Depreciações e amortizações	(4.391)	(4.008)
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(266)	(80)
Outros custos	(221)	(104)
	<u>(45.131)</u>	<u>(35.925)</u>

23. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Salários e benefícios a empregados	(8.152)	(5.702)
Utilização de imóveis e telefonia	(154)	(167)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(329)	(276)
Serviços de terceiros	(6.763)	(5.725)
Despesas com contencioso	(27)	(110)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(84)	(86)
Depreciações e amortizações	(357)	(336)
Provisão para perdas de créditos das contas a receber	(241)	(657)
Provisão (reversão) de contingências	7	(7)
Outras despesas	(1.681)	(1.259)
	<u>(17.781)</u>	<u>(14.325)</u>

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Juros com aplicações financeiras	2.536	2.428
Juros e multas vinculadas à operação	893	831
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(161)	(152)
Variação monetária sobre outros ativos	5	2
Outras receitas financeiras	24	10
	3.297	3.119
Despesas financeiras		
Juros com empréstimos e financiamentos	(4.074)	(6.361)
Juros sobre arrendamentos	(29)	(55)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(548)	(400)
Tributos sobre operações financeiras	(15)	(11)
Descontos concedidos	(82)	(74)
Atualização monetária das contingências	1	(1)
Outras despesas financeiras	(159)	(198)
	(4.906)	(7.100)
Resultado financeiro	(1.609)	(3.981)

25. Seguros

O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura dos seguros em 31 de dezembro 2023 está apresentada a seguir:

Descrição de seguro	Vigência das apólices	Cobertura
Responsabilidade civil administradores - D&O	27/10/2023 a 27/10/2024	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2024 a 17/01/2025	13.000
Riscos operacionais	17/01/2024 a 17/01/2025	75.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil	31/12/2023 a 31/12/2024	91.101
Riscos ambientais	22/12/2023 a 22/12/2024	5.000
Garantia de concessão	09/03/2024 a 09/03/2025	8.853
Seguro de veículos	17/10/2023 a 17/10/2024	440

Águas de Pará de Minas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Transações que não envolvem caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Juros capitalizados	2.852	560
Adição direito de uso	-	74
Destinação de dividendos	2.915	1.933
	<u>5.767</u>	<u>2.567</u>